

Comissão de Direitos Humanos/ABA (CDH/ABA)

Relatório Final de atividades – Janeiro 2019 a Janeiro 2021

Composição:

Lucía Eilbaum (UFF, coordenadora); Ana Paula da Silva (UFF); Ciméa Barbato Bevilaqua (UFPR); Gisele Fonseca Chagas (UFF); Hippolyte Brice Sogbossi (UFS); Katiane Silva (UFPA); Patrice Schuch (UFRGS) e Taniele Cristina Rui (Unicamp)

Introdução

Dando continuidade ao trabalho de coordenação iniciado nas duas gestões anteriores da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) (2015-2017 e 2017-2019), a Comissão de Direitos Humanos (CDH/ABA) teve nova composição a partir de janeiro de 2019 com a gestão dos professores Maria Filomena Gregori e Sérgio Carrara, mantendo a participação das professoras Patrice Schuch (UFRGS) e Gisele Fonseca Chagas (UFF) e incorporando a colaboração das professoras Ana Paula da Silva (UFF), Ciméa Barbato Bevilaqua (UFPR), Katiane Silva (UFPA), Taniele Cristina Rui (Unicamp) e do professor Hippolyte Brice Sogbossi (UFS). A composição representa diversidade temática e regional, visando uma abordagem mais completa das problemáticas e situações tratadas.

Em termos gerais, é necessário manifestar que o cenário político vivenciado ao longo do período de nossa gestão na CDH/ABA tem apresentado diversos desafios e graves situações nas quais consideramos importante e significativo nos manifestar. O avanço de uma frente conservadora, não apenas em termos políticos e de direitos, mas também morais, foi oficializada no governo a partir de janeiro de 2019. Esse cenário tem aprofundado o recorte de direitos e políticas sociais, a discussão e/ou aprovação de projetos de lei que atingem direitos fundamentais, as denúncias por violações de direitos, atos de violência institucional e de racismo, bem como a constante enunciação pública de discursos políticos que agridem direitos, movimentos sociais e conquistas já alcançadas.

A partir de março de 2020, somou-se a esse quadro, o avanço no país da pandemia devida ao Covid-19 e as medidas de distanciamento e isolamento social. Esse cenário, por um lado, limitou nosso planejamento de atividades presenciais. Por outro lado, de modo mais amplo e mais relevante, a pandemia afetou a vida de todos e todas, mas principalmente agravando os índices de pobreza, fome, desemprego e atingindo os grupos mais vulnerabilizados no seu estado de saúde e qualidade de vida, em especial a população negra,

pobre e os grupos indígenas. Evidentemente, esse cenário apresentou novos desafios e pautas de atuação.

Por fim, ao longo de toda nossa gestão, gostaríamos de reforçar que a CDH/ABA tem se orientado e reafirmado seu compromisso com a importância de uma antropologia pública, em e para a ação, engajada nas suas interlocuções e formas de pensar e agir no mundo.

Nesse relatório, apontamos para as atividades desenvolvidas em torno de, fundamentalmente, três frentes: participação e/ou organização de eventos; emissão e difusão de posicionamentos institucionais e outras ações institucionais.

1) Participação e/ou organização de eventos:

- Organização e realização do Seminário Internacional “**Memórias, reparação e direitos. Experiências Argentina e Brasil**”, com apoio do Edital APQ2/FAPERJ 2019. O seminário foi proposto e realizado em parceria entre o Grupo de Antropologia do Direito e das Moralidades (GEPADIM/NUFEP/UFF), integrante do o INCT-InEAC, e a Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia – ABA. O evento foi realizado na Universidade Federal Fluminense, na cidade de Niterói/RJ, nos dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2019. Contou com a participação de pesquisadores, ativistas, familiares de vítimas de violência de estado da época da ditadura e do regime democrático, do Brasil e da Argentina, para debater temas em torno de experiências, processos e práticas de construção da memória, de demandas e políticas de reparação e de respeito por direitos humanos diante de situações de “violência institucional”. Além das mesas e debate de filmes, o evento contou a realização de uma homenagem em memória da vereadora, socióloga, militante de direitos humanos e civis, brutalmente assassinada em 14 de março de 2018, Marielle Franco. Teve lugar uma cerimônia de nomeação do auditório da sala 516 do Bloco/O do ICHF/UFF com o nome dela.

O evento foi gravado e transmitido ao vivo, podendo ser acessado e consultado através dos seguintes links:

<http://www.ineac.uff.br/index.php/midias/videos/video/seminario-internacional-memorias-reparacao-e-direitos-parte-2>

<http://www.ineac.uff.br/index.php/midias/videos/video/2019-11-19-13-17-24>

<http://www.ineac.uff.br/index.php/midias/videos/video/seminario-internacional-memorias-reparacao-e-direitos-parte-3>

<http://www.ineac.uff.br/index.php/midias/videos/video/seminario-internacional-memorias-reparacao-e-direitos-parte-4>

- Organização e realização da Mesa **“Operações policiais e pandemia: a luta de movimentos sociais contra a violência de estado”**, durante o Ciclo “Justas Conversas. Diálogos entre a Antropologia, a Justiça e a Segurança Pública”. A mesa foi realizada em parceria da CDH/ABA, com o GEPADIM/UFF, do INCT/InEAC, e o PPGJS/UFF, no dia 9 de julho de 2020. Contou com a participação de Patrícia de Oliveira (defensora de Direitos Humanos, integrante da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência); Thainã de Medeiros (museologia, jornalista e integrante do Coletivo Papo Reto) e Natasha Neri (antropóloga, documentarista e pesquisadora ISER). O evento foi realizado por modo remoto devido à pandemia Covid-19 através do canal youtube do INCT-InEAC e pode ser acessado através do link: <http://www.ineac.uff.br/index.php/midias/videos/video/justas-conversas-dialogos-entre-a-antropologia-a-justica-e-a-seguranca-4-edicao>

- Atividades organizadas na **32 Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada, de modo remoto, entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, RJ.

1. Simpósio Direitos Humanos e Moralidades em questão: lutas políticas e sentidos locais, coordenado por Patrice Schuch (UFRGS, CDH/ABA) e Lucía Eilbaum (UFF, CDH/ABA), com as exposições de Vanessa Sandler (Unicamp); Paulo Victor Leite Lopes (UFRN) e Lucía Eilbaum (CDH/ABA, UFF), com debate de Taniele Rui (Unicamp, CDH/ABA) e Matheus Gato (Unicamp), realizado no dia 31/10.
2. Grupo de trabalho Antropologia dos direitos e das moralidades: Estado, “violência” e “direitos humanos”, coordenado por Lucía Eilbaum (UFF, CDH/ABA) e Flavia Medeiros (UFSC), nos dias 31/10, 1/11 e 3/11.
3. Sessão 3 Os Direitos Humanos, a Democracia e as Ciências Sociais no Simpósio Articulações das Ciências Sociais no contexto atual, coordenado por Maria Filomena Gregori (USP, ABA), com as exposições de Luiz Eduardo Soares (UERJ), Paulo Pinheiro (USP) e Lucía Eilbaum (UFF, CDH/ABA) e comentários de Sérgio Carrara (UERJ, ABA), no dia 3/11.
4. Simpósio “Direitos humanos e antirracismo: antropologia e movimentos sociais na construção de estratégias de lutas e resistências”, nos dias 4, 5 e 6 de novembro, no

qual Lucía Eilbaum participou como debatedora da sessão - Direitos humanos e antirracismo: antropologia e movimentos sociais na construção de estratégias de lutas e resistências, coordenada por Flavia Medeiros (UFSC), com participação de Ivanir Mendes dos Santos (RENFA), Penha da Silva Souza Xavier e Luciano Norberto dos Santos (Rede de Comunidade e Movimentos contra a Violência)

5. Conversa com os premiados do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, no dia 5 de novembro, coordenada por Lucía Eilbaum, Ana Paula da Silva e Taniele Rui.
6. Simpósio Especial “Conservadorismos e Tráficos/Trânsitos de Pessoas”, coordenado por Ana Paula da Silva (UFF, CDH/ABA) e Adriana Piscitelli (Unicamp).
7. Simpósio Especial "Viver com deficiência: corpos, sentidos e a produção de modos de existência", coordenado por Anahi Guedes de Mello (UFSC) e Olivia von der Weid (UFF), com participação de Patrice Schuch (UFRGS, CDH/ABA)
8. Grupo de Trabalho 42 - Etnografias contemporâneas das diásporas médio-orientais na América Latina e no espaço global, nos dias 4, 5 e 6 de novembro, coordenado por Gisele Fonseca Chagas (UFF, CDH/ABA) e Silvia Montenegro (Universidade de Rosário)
9. Grupo de Trabalho 80 - Transições democráticas e controle social; repensando marcações temporais (Liliana Sanjurjo, Taniele Rui (Unicamp, CDH/ABA), Desiree Azevedo, Adalton Marques, Fabio Mallart)
10. Mesa Redonda 28- Políticas da precariedade (Taniele Rui, Adriana Fernandes, Fabio Mallart e Adriana Viana.

- Mesa “**Violencias de Estado, Derechos Humanos y moralidades**”, no âmbito do VI Congresso de la ALA, realizada de forma remota, no dia 25 de novembro de 2020, coordenada por Lucía Eilbaum (UFF, CDH) e Maria Pita (UBA), com a participação de Flavia Medeiros (UFSC), Desiree Azevedo (UNIFESP), Diego Zenobi (UBA) e Marcela Perelman (CELS).

- Atividades organizadas no **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2020**

1. CL07: Políticas Públicas e Deficiência: Categorias, Avaliações e Legibilidade na Busca por Direitos, com participação de Valéria Aydos (UFRGS), Everton Luis

Pereira (UnB), Marco Antônio Gavério (UFSCAR), Marcos Weiss Bliacheris (UERGS), e Patrice Schuch (UFRGS, CDH/ABA)

2) Emissão e difusão de opiniões institucionais

- Elaboração e difusão das seguintes notas de repúdio e apoio:

- a) Assinatura conjunta com os Comitês Cidadania, Violência e Gestão Estatal e de Estudos Africanos da **Nota sobre o assassinato de João Alberto Silveira Freitas**, elaborada pelo Comitê de Antropólogas/os Negras/os ABA.

A Nota se manifesta em repúdio e denúncia ao assassinato de João Alberto Silveira Freitas, assassinado no dia 20 de novembro de 2020, em Porto Alegre, por forças de segurança da empresa Carrefour. A Nota exige justiça e investigação do caso com a maior eficiência, rapidez e transparência possíveis, contribuindo não apenas para punir os culpados da morte de João Alberto, mas também para que se discuta a responsabilidade social e coletiva implicadas no racismo estrutural com suas inaceitáveis consequências.

http://www.aba.abant.org.br/files/20201124_5fbd2d0828fee.pdf

- b) Elaboração e assinatura da Nota **O “coronavírus” e a desigualdade brasileira**. Através dessa Nota, a CDH manifestou sua preocupação com a situação pandêmica em relação aos grupos mais vulnerabilizados e com o aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e étnico-raciais, exortando as autoridades a tomarem medidas específicas que atendam às necessidades singulares dos moradores de comunidades e periferias, da população de rua e das pessoas privadas de liberdade.

- c) Elaboração e assinatura da **Nota de Repúdio à ação do Ministério da Justiça de controle político ideológico**

Nota em repúdio à existência de um dossiê elaborado, em junho, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para monitorar um grupo de 579 servidores federais e estaduais de segurança pública – identificados pelo documento como integrantes do “movimento antifascismo” -, e ainda dois ex-secretários nacionais de segurança pública e um ex-secretário nacional de Direitos Humanos, sendo também eles professores universitários.

http://www.aba.abant.org.br/files/20200728_5f204fc7d496e.pdf

d) Elaboração e assinatura da **Nota de repúdio diante as operações policiais no Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia da Covid-19**

Nota de denúncia e repúdio às operações policiais resultantes em mortes no Estado do Rio de Janeiro, cometidas durante a pandemia devida ao COVID-19. Desde 16 de março, tomado como data do início das medidas de isolamento social, até a data de emissão da nota, as ações policiais resultaram em, pelo menos, 70 pessoas mortas.

http://www.aba.abant.org.br/files/20200525_5ecbf9bf340d3.pdf

e) Elaboração e assinatura da **Nota de repúdio sobre as declarações do Presidente da República em relação ao trabalho das comissões da verdade**

A nota repudia as medidas e declarações do poder executivo nacional sobre a atuação em comissões da verdade ligadas à investigação e memória do ocorrido no período ditatorial. Em 29 de julho de 2019, o presidente da República fez declarações injuriosas sobre Fernando Santa Cruz, morto e desaparecido político durante a ditadura cívico militar brasileira (1964-1985). Três dias depois, no primeiro de agosto, foi anunciado no Diário Oficial o decreto que impôs uma mudança na composição da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), também assinado pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

http://www.aba.abant.org.br/files/20190807_5d4afae7b7257.pdf

f) Elaboração e assinatura da **Nota em repúdio ao massacre em Altamira, Pará, e à política de encarceramento em massa do estado brasileiro**

Na segunda-feira 29 de julho de 2019, pelo menos 58 pessoas foram mortas no Centro de Recuperação Regional de Altamira, no Pará. Mais quatro presos foram assassinados durante a transferência de Altamira para o presídio federal de Marabá, totalizando 62 mortes. Diante de mais um episódio de mortes no sistema carcerário, a Associação Brasileira de Antropologia, através de sua Comissão de Direitos Humanos, vem a público se posicionar no entendimento de que esse episódio de mortes massivas não é um caso isolado, mas efeito direto da política de encarceramento em massa e, portanto, das condições desumanas e degradantes do sistema prisional no Brasil.

http://www.aba.abant.org.br/files/20190807_5d4afb2f7a7f2.pdf

g) **Elaboração e assinatura da Nota em apoio ao mandato da deputada Renata Souza (RJ) e em repúdio às práticas autoritárias do governo de Estado do Rio de Janeiro**

A Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia manifesta seu apoio e solidariedade ao mandato desenvolvido pela deputada do estado do Rio de Janeiro, Renata Souza, em repúdio ao pedido de cassação protocolado no dia 9 de maio desse ano, por deputados do Partido Social Cristão. O pedido de cassação refere a uma suposta “falta de decoro” na ação da denúncia apresentada pela deputada perante a ONU e a OEA diante de “ações de violação dos direitos humanos promovidas pelo governador do estado e, em particular, pelo governador Wilson Witzel”.

http://www.aba.abant.org.br/files/20190514_5cdb215d3abf5.pdf

h) **Manifestação de apoio e assinatura do abaixo assinado em apoio à deputada Renata Souza através do Manifesto disponível nesse link:**

<http://abaixoassinado.renatasouzapsol.com.br/>

i) **Assinatura e apoio Campanha “Pacote Anticrime: solução Fake”**

A Comissão de Direitos Humanos da ABA assinou como parceira a Campanha “Pacote Anticrime: solução Fake”, lançada no dia 27 de março, na Câmara dos Deputados, em Brasília, visando à derrocada do projeto de lei 882, de 2019, tendo em vista que as propostas são soluções que aprofundam o estado calamitoso da Segurança Pública no Brasil. O movimento, integrado e apoiado por diversos movimentos sociais, coletivos e associações, é resultado da preocupação com os problemas reais como a violência e o alto índice de homicídios, os quais as políticas de segurança pública implementadas historicamente não conseguem reduzir.

http://www.aba.abant.org.br/files/20190326_5c9a4cd3ca64c.pdf

j) **Elaboração e assinatura de Nota que pede justiça há um ano do assassinato de Marielle Franco e Pedro Anderson Gomes**

Há um ano do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco e do Pedro Anderson Gomes a Comissão de Direitos Humanos, apoiando e participando da luta por memória e justiça, exige justiça e saber quem mandou matar Marielle Franco, através de uma investigação célere e eficaz.

http://www.aba.abant.org.br/files/20190326_5c9a222dad2e4.pdf

4) Coordenação do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos 2020 - IX Edição: “Antropologia e Direitos Humanos: lutas sociais, mobilização política e alteridades”

Através do Edital 2020 – “Antropologia e Direitos Humanos: lutas sociais, mobilização política e alteridades”, a CDH/ABA lançou a nona edição do Prêmio Antropologia e Direitos Humanos. Nessa edição, houve um total de 28 inscrições, 12 na categoria doutorado, 14 no mestrado e 02 na graduação. Em cada categoria foram concedidos um prêmio e uma menção honrosa, destacando os trabalhos melhor avaliados, conforme os critérios de: originalidade do tema abordado, pertinência teórico/metodológica, aportes e articulação com a temática dos direitos humanos e qualidade da redação. Cada categoria foi coordenada por membros da comissão e contou para o trabalho de avaliação com 29 professores e pesquisadores que colaboraram como pareceristas às cegas de diferentes programas de pós-graduação e instituições de estados diversos. A saber:

Categoria Doutorado

Coordenadoras: Ana Paula da Silva e Taniele Rui

Pareceristas: Fernanda Barros, Flavia Cunha Melo, Joana Bahia, Jose Miguel Olivar, Larissa Nadai, Laura Murray, Livia Gimenes, Magda Ribeiro, Marco Tobon, Natânia Lopes, Thaddeus Blanchette, Thais Tartalha, Tilmann Heil e Vitor Andrade

Categoria Mestrado

Coordenadores: Hippolyte Brice Sogbossi e Lucía Eilbaum

Pareceristas: Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos, Cicero Cunha Bezerra, Claudia Mura, Fábio Mallart, Flavia Medeiros, Katiane Silva, Letícia Carvalho Mesquita Ferreira, Letícia de Luna Freire, Liliana Sanjurjo, Maria Raquel Passos Lima, Nádia Meinerz, Olivia von der Weid e Paula Lacerda

Categoria graduação

Coordenadora: Gisele Fonseca Chagas

Pareceristas: Kátia Sento Sé Mello e Soraya Silveira Simões

Os trabalhos premiados representam instituições e estados diversos do Brasil e apresentam etnografias sobre assuntos e campos empíricos diversos, mas articulados na discussão entre antropologia e direitos humanos.

O resultado pode ser conferido através desse link:
https://www.32rba.abant.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=514

O resultado do IX Prêmio foi anunciado durante a 32 RBA, no dia 01 de novembro, e no dia 5 de novembro foi realizada a sessão de Conversa com os premiados no âmbito do evento, da qual participaram todos os autores premiados, como a coordenação de membros da comissão organizadora (como detalhado acima nas atividades da CDH na 32 RBA). Nessa fase, estamos organizando a coletânea a ser publicada com os artigos premiados.

5) Outras atividades

- Participação da CDH, através de Lucía Eilbaum e Hippolyte Brice Sogbossi, na Comissão 2 de novembro, no âmbito da 32 Reunião Brasileira de Antropologia, para realização de Homenagem e Honra aos Mortos. O trabalho pode ser acessado através desse link:
<https://expo.abant.org.br/evocacao/>

- Apoio e consultoria popular permanente à Rede de Comunidade e Movimentos contra a Violência (RJ), através de diversas atividades. Em especial, destacamos no ano de 2020, a elaboração de projetos a serem submetidos em editais e chamadas relativas a auxílios durante a pandemia e de apoio em ações de luta contra o racismo e pelos direitos humanos, bem como a elaboração dos respectivos relatórios nos casos dos projetos aprovados. Trata-se das seguintes chamadas:

1. Fundo Emergencial Covid-19, lançado pelo Fundo Brasil de DH (aprovado)
2. Edital “Comunidades ativas contra a Covid”, do British Council (aprovado)
3. Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais junto a populações vulneráveis, lançado pela Fiocruz, 2020 (aprovado)
4. Chamada da ONU Mulheres Brasil para apoio financeiro a Organizações de Defensoras de Direitos Humanos – Pandemia COVID-19, 2020 (aprovado)
5. Edital Mulheres em Movimento 2020, do Fundo Social Elas.
6. Estratégia de Enfrentamento à Covid-19, Open Society, 2020 (aprovado)
7. Edital: Enfrentando o racismo a partir da base – fortalecimento institucional e mobilização para defesa de direitos, do Fundo Brasil de Direitos Humanos, 2020

8. Edital: Direitos humanos e justiça criminal – enfrentando a prisão provisória e o encarceramento em massa no Brasil, do Fundo Brasil de Direitos Humanos, 2020 (aguardando resultado)
9. Décima Quinta Rodada de doações do UNDEF - UNITED NATIONS DEMOCRACY FUND (aguardando resultado)